

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.265 - SP (2018/0326228-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
REQUERENTE : ACADEMIA ITAQUERA USA SPORT LTDA
ADVOGADOS : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
RENATA SO SEVERO - SP310899
REQUERIDO : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI E OUTRO(S) - SP270825

DECISÃO

Cuida-se de **pedido de tutela provisória de urgência** visando suspender os efeitos da decisão monocrática de fls. 331/344, e-STJ, da lavra deste signatário, que **deu provimento ao recurso especial** interposto pela ora requerida BRADESCO SEGUROS S/A, a fim de **julgar improcedente o pedido formulado na inicial** da ação cominatória com pedido de tutela de urgência cominada com declaração de nulidade de cláusula contratual ajuizada com o intuito de condenar a operadora de saúde a manter ativo o contrato celebrado entre a empresa ré e a autora, bem como declarar a nulidade da cláusula contratual que permite a rescisão unilateral imotivada, o que levou ao cancelamento do plano de saúde.

Em suas razões (fls. 359/380, e-STJ), sustenta que o *fumus boni iuris* no caso dos autos "consubstancia-se na prova dos fatos alegados, na relação jurídica entre as partes, e no atual entendimento sobre a questão da rescisão imotivada para empresas com menos de 30 (trinta) vidas, sendo possível a rescisão desde que apresentada JUSTIFICATIVA IDÔNEA".

Por sua vez, aduz que "o **risco de dano irreparável** ou de difícil reparação, traduz-se no fato da rescisão se operar de forma imotivada e a empresa, apesar de contar com apenas 32 (trinta e duas) vidas, apresentar a peculiaridade de ter diversos idosos em sua carteira (10 ao todo, sendo 2 deles com mais de 80 anos) e, certamente com tratamentos em curso".

Pugna, por fim, pela concessão da tutela provisória de urgência para suspender a decisão singular que julgou improcedente a ação e, sucessivamente, para que o plano de saúde não seja cancelado até o trânsito em julgado da ação.

É o relatório.

Decido.

O pedido não comporta acolhimento.

1. De início, salienta-se que para a concessão do efeito suspensivo aos recursos extraordinários por meio de tutela de urgência, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*: o primeiro relativo à plausibilidade da pretensão recursal veiculada no apelo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.

Acerca da tutela provisória, assim determina o artigo 300 do CPC/15: "A *tutela de urgência* será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. [...]".

Em sede de juízo de cognição sumária, tem-se que a agravante não logrou êxito em demonstrar, nos termos acima exigidos, a presença concomitante dos requisitos

necessários à concessão da tutela de urgência almejada.

No que concerne ao *fumus boni iuris*, necessário salientar que o inconformismo deduzido no recurso especial fora apreciado pela decisão singular de fls. 331/334, e-STJ, que **deu provimento ao reclamo** da parte adversa, a fim de adequar o entendimento do Tribunal *a quo* à jurisprudência dominante desta Corte.

Destacou-se, no referido julgado, as seguintes conclusões do órgão julgador:

O que não se admite, quer em planos familiares, quer em planos coletivos, é a denúncia unilateral e imotivada, violando a confiança na segurança do porvir, inerente aos contratos relacionais.

No caso concreto, embora exista uma relevante e considerável utilização dos serviços da empresa ré pelos empregados da autora, não há nos autos a menor prova de que haja um desequilíbrio entre o valor paga pelo sinistro e os prêmios. (...).

Note-se que a cláusula contratual que permite a denúncia unilateral não é abusiva *in abstracto*, ou *a priori*.

O controle da licitude da denúncia se faz *a posteriori* e à luz das circunstâncias do caso concreto, verificando se há ou não abuso de direito.

No caso concreto, a ré simplesmente reafirma o direito de denunciar o contrato a qualquer tempo, mas não invoca qualquer razão para tanto.

Esse comportamento é que se mostra abusivo, à luz do art. 187 do Código Civil.

Como se vê, o Tribunal local aplicou entendimento **diverso** deste Tribunal Superior, cuja jurisprudência majoritária é no sentido da possibilidade de rescisão unilateral de contrato de plano de saúde na modalidade coletiva, imotivadamente, após a vigência do período de 12 meses e mediante prévia notificação da outra parte, porquanto o artigo 13, p. único, II, "b", da Lei n. 9.656/98, aplica-se apenas aos contratos individuais ou familiares.

Nesse sentido, precedentes: **AgInt no REsp 1692039/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 08/11/2018; **AgInt no REsp 1721970/SP**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 29/10/2018; **AgInt no REsp 1676890/CE**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018.

Vale ressaltar, quanto ao julgamento do REsp nº 1.762.230-SP, de relatoria da Ministra Nancy Andrigli, mencionado pela requerente em suas razões, que se tratava de hipótese em que a **beneficiária do plano de saúde estava em pleno tratamento de tumor cerebral** e foi surpreendida com a rescisão unilateral e imotivada do plano de saúde, o que nada se assemelha com o caso dos autos, em que não há qualquer indicação no acórdão recorrido da existência de beneficiários do plano em tratamento prolongado.

Ademais, alguns outros julgados da Terceira Turma, como no caso do REsp 1.553.013-SP, de relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, têm condicionado a rescisão unilateral de planos de saúde coletivos com grupo de **até 30 (trinta) beneficiários** à existência de motivação idônea, o que, novamente, não é a hipótese em tela, porquanto, como afirmado pela própria requerente, esta possui 32 (trinta e dois) beneficiários no seu plano de saúde empresarial.

Dessa forma, evidencia-se o não preenchimento do requisito alusivo à plausibilidade do direito invocado que, em se tratando de tutela provisória de urgência objetivando a concessão de efeito suspensivo a recurso, deve ser analisado de acordo

com a viabilidade de êxito do reclamo.

Frisa-se que o recurso especial da parte adversa fora provido em decisão singular deste signatário (fls. 331/334, e-STJ), pelas razões já expostas, em face da qual fora apresentado o competente agravo interno, sendo forte a probabilidade de desprovento pelo órgão Colegiado, quedando ausente, portanto, requisito imprescindível ao cabimento da tutela pretendida, pertinente ao *fumus boni juris*.

Ausente a demonstração dos requisitos imprescindíveis ao cabimento da presente medida excepcional de urgência, impõe-se o seu indeferimento.

2. Do exposto, **indefiro** o pleito de tutela provisória de urgência formulado às fls. 359/380 (e-STJ).

Intimem-se.

Após, voltem conclusos para julgamento colegiado do agravo interno de fls. 338/356 (e-STJ).

Cumpra-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

